

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 34 No. 1 Janeiro - Abril 2021

RESENHA  
BOOK REVIEW  
RESEÑA

ARAUJO, A. G. M. POR UMA ARQUEOLOGIA CÉTICA: ONTOLOGIA, EPISTEMOLOGIA, TEORIA E PRÁTICA DA MAIS INTERDISCIPLINAR DAS DISCIPLINAS. CURITIBA: EDITORA PRISMAS, 2019. 381P.

**Pedro Da-Gloria<sup>1</sup>**

O livro “Por uma arqueologia cética: Ontologia, epistemologia, teoria e prática da mais interdisciplinar das disciplinas”, escrito por Astolfo Araujo, busca contemplar os princípios teóricos e práticos da arqueologia e sua relação com outras áreas do conhecimento, através de uma escrita crítica, reflexiva e argumentativa sobre importantes tópicos do fazer arqueológico, trazendo visões contundentes e, em alguns trechos, carregadas de experiência pessoal do autor. O texto é voltado a um público de profissionais da arqueologia, mas é suficientemente claro e acessível a um público acadêmico mais amplo. O autor dialoga intensamente com a filosofia da ciência, biologia evolutiva e geologia, adotando uma ontologia materialista e uma perspectiva histórica e científica da arqueologia. Ainda, essa obra traz à tona uma vertente teórica chamada arqueologia evolutiva, que tem sido pouco trabalhada em contexto nacional. O livro é dividido em cinco capítulos e uma conclusão.

O primeiro capítulo trata dos princípios filosóficos da prática científica na arqueologia, fazendo um esforço considerável em trazer definições claras sobre termos e procedimentos adotados, tais como as definições de ontologia, materialismo, realismo e emergentismo. Com isso, o autor defende a coerência nas escolhas teóricas do pesquisador, evitando uma visão de mundo híbrida e conflitante. Nesse ponto, o livro preconiza uma postura materialista e realista crítica, que enxerga o mundo como composto por coisas independentes do observador e que busca afastar opiniões e sentimentos pessoais na construção do conhecimento. O emergentismo também é tratado com destaque, apregoando que há propriedades do sistema que não podem ser entendidas apenas pelo estudo de suas partes. Assim, a ontologia emergentista constitui uma visão de mundo antirreducionista, histórica e sistêmica. Araujo prossegue sua argumentação defendendo uma visão antiprogressista e antiessencialista alinhada com as bases teóricas da teoria darwinista de evolução. É destacado também que essas visões são as bases de uma arqueologia que aborde efetivamente a mudança. Ainda neste capítulo, é discutido também os conceitos de epistemologia e ciência, com uma série de distinções importantes entre fato, fenômeno e dado, e entre pensamento empírico, racional e abstrativo. Nesse ponto fica clara a importância da ciência no pensamento do autor, vista por ele como um modo de construir conhecimento que se baseia na dialética entre observação e teoria. Teoria e prática, nesse sentido, precisam estar conectadas de maneira lógica e integrada. Por fim, o autor constrói o argumento de que a arqueologia, junto com

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará. E-mail: [pdagloria@ufpa.br](mailto:pdagloria@ufpa.br).  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6282-7826>.

a geologia e a biologia, é uma ciência histórica, ou seja, que se diferencia das ciências experimentais por se preocupar com a dimensão tempo e por pensar questões sobre a razão última do funcionamento e da mudança dos fenômenos. Nas ciências históricas, as leis e a previsibilidade são sempre limitadas, e os métodos são baseados na avaliação de múltiplas hipóteses e no método hermenêutico, conforme discutido mais profundamente no terceiro capítulo.

Na sequência, o segundo capítulo busca a delimitação do escopo da arqueologia, trabalhando com um compilado de definições da disciplina. O autor busca então desfazer algumas confusões a respeito delas, destacando que a disciplina não pode ser definida nem por seus objetos de estudo (artefatos) nem por seus métodos, mas, sim, por meio de sua abordagem teórica. Os artefatos são estudados por meio dos conceitos-chave de ideia, comportamento e cultura, que são definidos ao longo do capítulo. O conceito de comportamento, por exemplo, é estudado pela arqueologia a partir de suas manifestações materiais, especialmente a evidência mais duradoura. Já a cultura é um conceito, e, portanto, existe no plano das ideias, sendo definido como um comportamento aprendido e compartilhado por humanos ou animais. Após essas definições, Araujo propõe que “Arqueologia é o estudo dos artefatos e das relações entre os artefatos, operacionalizada por meio do conceito de cultura” (p. 95). Essa definição não enfatiza recortes temporais, mas, sim, a relação fundamental feita pela arqueologia entre artefatos e o comportamento que os produz. O capítulo tem seu mérito na clareza e precisão das definições, mas é notório que a definição de arqueologia proposta é restrita. O próprio autor reconhece que arqueólogos não estudam somente artefatos, já que na arqueologia pode-se estudar ossos humanos, plantas, animais, feições além de elementos da paisagem. Além disso, a multiplicidade de teorias arqueológicas, amplamente enfatizada ao longo do livro, implica que, além de cultura, outros conceitos-chaves poderiam ganhar proeminência em uma definição de arqueologia (p.e., sociedade, corpo, ambiente, tafonomia etc.). Feita essa ressalva, esse capítulo contribui para uma discussão necessária sobre a definição de arqueologia.

Adiante, no terceiro capítulo, são trabalhadas as relações da arqueologia, história e antropologia a partir de um ponto de vista histórico e acadêmico. Muitos autores exagerem na importância teórica de outras ciências humanas na arqueologia, ao passo que Araujo advoga que a arqueologia deve ter um escopo teórico próprio e independente, rechaçando qualquer submissão ou papel auxiliar dela em relação a outras disciplinas. A arqueologia, pois, tem como foco a mudança temporal, ao passo que a antropologia, entendida aqui como sociocultural, é sincrônica. O autor enfatiza novamente a importância de considerar a arqueologia como ciência, que é um modo de conhecimento que articula teoria e método para obter respostas que não são intuitivas ou derivadas do senso comum. Nesse aspecto, o autor tem uma postura crítica ao anticientificismo do pós-processualismo, mas também ao cientificismo nomológico-dedutivo da arqueologia processual, defendendo, por sua vez, a arqueologia como ciência histórica, capaz tanto de explicar como de inferir sobre o encadeamento de fatos históricos (retrodição). Ainda, Araujo é crítico ao uso do conceito de agência como instrumento para a interpretação arqueológica, defendendo ao invés um modelo de análise populacional e emergentista. Em termos metodológicos, o autor propõe o círculo (espiral) hermenêutico com a proposição de múltiplas hipóteses de trabalho e a convergência de múltiplas linhas de evidência (triangulação). Por fim, o capítulo descreve o que o autor acredita serem as teorias de fundo da arqueologia, que são relacionadas à conexão entre a materialidade e o comportamento humano. Nesse ponto, Araujo enfatiza a importância da analogia para o entendimento do passado, mas faz a ressalva de que analogias gerais comparativas e uniformitarismos substantivos são perigosos, pois podem levar, respectivamente, a uma

visão etapista e reconstrucionista cultural, sendo que ambas não levam à compreensão das singularidades do registro arqueológico.

Seguindo o seu raciocínio, Araujo aborda a teoria em arqueologia no quarto capítulo, reforçando a necessidade do pesquisador ser explícito quanto à abordagem teórica de um estudo. O ponto central aqui é a caracterização da arqueologia como uma ciência que busca entender processos de mudança das sociedades humanas ao longo do tempo, ou seja, ela é diacrônica e histórica. Outros dois traços marcantes da arqueologia são a materialidade e a espacialidade do registro arqueológico. Após uma discussão sobre a definição de teoria, a obra defende que não há uma teoria unificada para a arqueologia, mas sim que as teorias podem ser desdobradas em teoria explanatória, de formação, de classificação e de recuperação. Em seguida o capítulo discorre sobre um conceito-chave para o entendimento da mudança ao longo do tempo: evolução. Distinguindo o conceito de evolução originalmente proposto por Charles Darwin do darwinismo social, o autor defende a aplicação do conceito original de evolução darwiniana para as mudanças culturais, deixando claro que esse conceito não é teleológico, etapista nem vitalista. Araujo então discorre de forma minuciosa sobre o uso da teoria de evolução darwinista como uma teoria explanatória na arqueologia. Nesse ponto, é importante ressaltar que a arqueologia evolutiva, mesmo que defendida arduamente pelo autor, é ainda uma teoria minoritária entre os praticantes da arqueologia em nível nacional e global. Em seguida, o capítulo aborda a teoria da formação, isto é, entender o que e como os vestígios arqueológicos foram perdidos, modificados ou preservados. Associada às Ciências da Terra, essa classe de teorias aborda a estratigrafia, cronologia e tafonomia, mostrando que o registro arqueológico não é estático e auxiliando efetivamente nas teorias de recuperação arqueológica. Por fim, Araujo aborda a teoria da classificação, baseando-se na obra fundamental de Robert Dunnell. Classes, utilizadas nas classificações de artefatos, devem ser diferenciadas de grupos, sendo os primeiros frutos de definições teóricas, ao passo que os últimos são categorias descritivas. Essas classes precisam ser estudadas sob o ponto de vista de suas variações e mudanças ao longo do tempo, e não como agrupamentos que privilegiem a diferença a partir de concepções essencialistas. O texto enfatiza que as maneiras de classificar estão sempre atreladas aos objetivos do estudo e ligadas a uma teoria explanatória, ou seja, são construções teóricas.

Por sua vez, o capítulo 5 aborda a prática arqueológica na perspectiva pessoal do autor, trafegando na linha tênue entre interdisciplinaridade, diversidade ontológica e autonomia da ciência arqueológica. A tônica do capítulo é mostrar como a prática científica gera conhecimento contraintuitivo, e, por isso, rico e instigante. A primeira parte do capítulo faz o diálogo entre arqueologia e geologia através do entendimento dos processos de formação do registro arqueológico. A visão geoarqueológica do autor ao estudar sítios formados em clima tropical mostrou que não havia pisos de ocupação intactos, e o chamado mito de Pompéia foi questionado baseando-se na intensa movimentação vertical do registro arqueológico devido a agentes naturais e bióticos. Outro exemplo de diálogo com as geociências foi um estudo nos abrigos rochosos de Lagoa Santa, que mostraram pacotes arqueológicos extremamente espessos para ocupações paleoíndias. As pesquisas apontaram que esse pacote arqueológico acinzentado foi predominantemente acumulado pelos humanos que ali viveram através da queima de material orgânico, indicando reocupação constante dos sítios e sugerindo maior sedentarização do que era previamente esperado. O segundo grupo de estudos faz o diálogo entre arqueologia e teoria evolutiva. Esses estudos se baseiam em linhagens e transmissão cultural sob uma abordagem evolutiva, utilizando métodos quantitativos e estatísticos para o estudo da forma. A aplicação desses métodos em pontas líticas do sul e sudeste do Brasil mostraram que a antes consagrada tradição Umu não é homogênea,

apresentando extensa variação da forma das pontas que segue um padrão geográfico. No sítio Garivaldino, onde há um controle cronológico mais estrito dessas pontas, observou-se que não há tipos de pontas que sejam marcadores cronológicos. Ainda mais, a persistência por milhares de anos de formas e da frequência das matérias-primas utilizadas nesse sítio mostrou a presença de uma linhagem cultural de longa duração, vinculada a populações pequenas vivendo em ambientes relativamente estáveis. Por outro lado, a variabilidade de alguns traços das pontas, especialmente os atributos estilísticos, aumentou com a proximidade do tempo presente, sugerindo, conforme preceitos da teoria evolutiva, aumento gradual da densidade populacional. Esses e outros exemplos descritos no capítulo exemplificam na prática o diálogo rico e interdisciplinar existente entre arqueologia, evolução e geologia.

Por fim, as conclusões da obra reforçam e sintetizam os pontos elaborados ao longo do texto. Entre eles, urge a busca da objetividade na arqueologia, evitando que ideologias e grupos de interesse influam na construção do conhecimento. Nesse sentido, o autor argumenta que a arqueologia precisa ser cética, mantendo um compromisso com a compreensão da realidade através do estudo da materialidade. Araujo também reforça mais uma vez, sob uma perspectiva científica, o valor da ética no tratamento do material arqueológico. Em síntese, o livro “Por uma arqueologia cética: Ontologia, epistemologia, teoria e prática da mais interdisciplinar das disciplinas” é uma importante contribuição à arqueologia brasileira, pois é capaz de discutir em profundidade temas pouco trabalhados no cenário nacional. Muitas das discussões apresentam visões agudas do autor sobre temas que poderão incomodar alguns arqueólogos brasileiros, uma vez que as bases teóricas do livro estão longe de serem consensuais no cenário nacional. Todavia é louvável a maneira clara e explícita como os argumentos são construídos ao longo da obra. Além de uma sonora recomendação à sua leitura, fica também um convite para que mais arqueólogos discutam teoria, seja para trazer novas perspectivas, seja para dar continuidade aos temas trabalhados por Araujo em seu texto. Boa leitura!

**Palavras-chave:** Arqueologia Evolutiva; Teoria Arqueológica; metodologia científica.

**Keywords:** Evolutionary Archaeology; Archaeological Theory; scientific methodology.

**Palabras clave:** Arqueología Evolutiva; Teoría Arqueológica; metodología científica.